

Plano Analítico: Direito Informático

1. Identificação da Unidade Curricular

- **Instituição:** Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia (INSUTEC)
- **Curso:** Engenharia de Informática e Sistemas de Informação (EISI)
- **Classificação:** Disciplina Transversal / Jurídica
- **Ano:** 4º | **Semestre:** 2º (8º Semestre)
- **Créditos:** 6.0 UC
- **Carga Horária Total:** 90 Horas (60h de Contacto | 30h de Trabalho Complementar)

2. Apresentação e Justificação

O Direito Informático surge como resposta à necessidade de regulamentar as relações jurídicas no ciberespaço. Para um profissional de IT, compreender os limites legais da sua atuação é fundamental para evitar ilícitos e proteger os ativos das organizações. A disciplina aborda temas como o comércio eletrónico, a propriedade intelectual de software e a proteção de dados pessoais (Lei 22/11 em Angola), em estrita observância ao **Decreto Presidencial 193/18**.

3. Competências a Desenvolver (Decreto 193/18)

3.1 Competências Instrumentais (Saber)

- Conhecer o quadro legislativo angolano sobre a Sociedade da Informação.
- Compreender os conceitos de Direito de Autor e Propriedade Industrial aplicados ao software.
- Identificar os tipos de crimes informáticos previstos na lei.

3.2 Competências Técnicas e Operacionais (Saber Fazer)

- **Conformidade (Compliance):** Analisar sistemas e processos quanto à conformidade com a Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- **Contratualização:** Interpretar e redigir cláusulas básicas de licenciamento de software e acordos de nível de serviço (SLA).
- **Prevenção:** Implementar medidas técnicas que garantam a validade jurídica de provas digitais.

3.3 Competências Atitudinais (Saber Ser/Estar)

- Atuar com ética e responsabilidade social na gestão de informações privilegiadas.
- Valorizar o respeito pela privacidade e pelos direitos fundamentais dos cidadãos no ambiente digital.

4. Conteúdo Temático (Estrutura de 90 Horas)

1. **Introdução ao Direito Informático:** Conceitos, autonomia do direito digital e a legislação angolana (Lei das Comunicações Eletrónicas).
2. **Proteção de Dados Pessoais:** A Lei n.º 22/11; princípios da proteção de dados, direitos dos titulares e o papel da APD (Agência de Proteção de Dados).
3. **Propriedade Intelectual e Software:** Proteção jurídica de programas de computador; licenças *Proprietary* vs. *Open Source*.
4. **Comércio Eletrónico e Assinatura Digital:** Validade jurídica de contratos eletrónicos e a Lei da Assinatura Digital em Angola.
5. **Cibercriminalidade:** Tipificação de crimes (acesso indevido, burla informática, sabotagem) e a Lei n.º 11/21 (Lei da Proteção das Redes e Sistemas Informáticos).
6. **Ética e Governança da Internet:** Responsabilidade civil dos provedores de serviço e neutralidade da rede.

5. Regime de Avaliação (Disciplina Transversal)

- **Avaliação Contínua (40%):**
 - 1ª Frequência (Fundamentos e Proteção de Dados): 13%
 - 2ª Frequência (Cibercriminalidade e Propriedade Intelectual): 14%
 - **Seminário/Debate:** Análise de casos reais de ilícitos tecnológicos: 13%
- **Exame Normal (60%):** Prova teórica focada na aplicação da legislação a cenários práticos da engenharia.

6. Referências Bibliográficas (APA 7ª Ed.)

- Assembleia Nacional de Angola. (2011). *Lei n.º 22/11: Lei da Protecção de Dados Pessoais*.
- Assembleia Nacional de Angola. (2021). *Lei n.º 11/21: Lei da Protecção das Redes e Sistemas Informáticos*.
- Pinheiro, P. P. (2021). *Direito digital* (7ª ed.). Saraiva.

- Gouveia, M. J. (2018). *Direito da informática e da sociedade da informação*. Almedina.